

Análise de *Checklists* para a identificação de itens de acessibilidade em edifícios públicos

Renata Cerqueira do Nascimento Salvalaio
Universidade Federal do Espírito Santo – Brasil
renata.salvalaio@ufes.br

Larissa Pinheiro Gomes Tolentino Alvares
Universidade Federal do Espírito Santo – Brasil
larissapgt.alvares@gmail.com

Renata Nunes Brito Menezes
Multivix – Brasil
renatanbmenezes@hotmail.com

ABSTRACT

The following analysis of accessibility items on checklists of governmental buildings is a study about the given approach over the different disabilities addressed on checklists of public institutions in Brazil, based on technical standards NBR 9050, from Brazil, but also using The Americans with Disabilities Act (ADA), from United States, for comparison. Identifying the accessibility problems is the first step towards an efficient problem-solving plan to adapt all public buildings for disabled people, therefore the tools used to check the building conditions should be detailed and complete, allowing an easy and quick overview of the encountered situation. The study development was through literature revision, comparison of study objects, combined with analysis and result discussion, considering four official checklists developed by Brazilian government agencies, plus one international checklist from USA, developed by their government following the ADA law for accessibility. This research verifies the applicability of the checklists and if the indexes items attend the basic needs of all the different disabilities described on the standards requirement. As result it was found a deeper concern towards wheelchair users, letting aside others disabilities as deafness or blindness. In order to overcome the founded issue, leded to development of a checklist, including items exclusively for building interior and for building accesses with the intention to apply on edifices of Federal University of Espírito Santo, located in Vitória, Brazil.

Keywords: Accessibility; Inclusion; Checklist.

1. INTRODUÇÃO

Segundo o art. 205 da Constituição Federal de 1988, a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, já que orienta no desenvolvimento da personalidade e, assim, contribui para a construção da cidadania (BRASIL,1988). De acordo com a Associação Nova Escola (ALONSO, 2013), a educação inclusiva busca favorecer a diversidade, compreendendo as diferentes limitações e oferecendo recursos para que todos os estudantes tenham pleno acesso a escola regular. Condição fundamental e imprescindível a todo e qualquer processo de inclusão social, a acessibilidade se apresenta em múltiplas dimensões, sendo também uma questão de direito e de atitudes (UFC, 2010).

Dentro dessa perspectiva inclusiva, a arquitetura tem papel fundamental na garantia da acessibilidade em instituições de ensino e, conseqüentemente, no acesso à educação a todos os indivíduos, na medida em que contribui na atenuação de barreiras físicas com o objetivo de equiparar

oportunidades e promover uma inclusão efetiva dos usuários, independente das condições físicas individuais, resultando num espaço democrático.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015) foi instituído para “ (...) assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência”, visando à inclusão social e cidadania. Entre outros pontos, o documento busca garantir a todos os estudantes, trabalhadores da educação e demais integrantes da comunidade escolar acessibilidade às edificações, aos ambientes e às atividades de todas as modalidades, etapas e níveis de ensino, além do aprimoramento dos sistemas escolares para permitir a permanência, a participação e a aprendizagem das pessoas com deficiência.

Entre as ações no âmbito das instituições de ensino superior (IFES), o Programa Incluir – Acessibilidade na Educação Superior (SECADI/SESu, 2013) - foi elaborado pelo Ministério da Educação objetivando estimular a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nas universidades públicas federais, garantindo a inclusão de pessoas com deficiência à vida acadêmica, através da eliminação de barreiras pedagógicas, arquitetônicas e de comunicação e informação. O Programa foi criado como tentativa de garantir aos indivíduos com mobilidade reduzida o direito de ir e vir com segurança e autonomia e o acesso a todos os espaços no ambiente universitário, através principalmente do incentivo à criação de Núcleos de Acessibilidade nas universidades.

No rol de ações para garantia da acessibilidade nas IFES, a arquitetura surge como elemento que contribui para mitigar os obstáculos existentes que prejudicam a acessibilidade arquitetônica no interior das instituições. Dentro dessa perspectiva, a NBR 9050 – cuja primeira versão é de 1983 - é um instrumento orientativo voltado especialmente para profissionais da área de projetos e construção civil que estabelece critérios e parâmetros técnicos para construir ou instalar elementos que promovam um ambiente acessível e confortável para pessoas das mais variadas formas de deficiências ou limitações. A Norma foi revisada em 1994, 2004 e 2015, e passou a englobar novos conceitos que consideram tanto a diversidade de condições de mobilidade quanto o fato de serem permanentes ou temporárias.

Dentro dessa perspectiva mais abrangente, a NBR 9050 busca garantir ao maior número de pessoas possível, independente de idade, estatura, limitação de mobilidade ou percepção, a utilização de forma autônoma e segura de ambientes, edificações, mobiliários equipamentos urbanos e elementos. Portanto, para que ocorra inclusão no ambiente escolar é necessário preparar esses espaços, as atividades ali desenvolvidas e os funcionários para receber as pessoas com deficiência e, efetivamente promover inclusão.

No entanto, considerando que grande parte dos espaços de ensino atuais foram construídos numa realidade não inclusiva, faz-se necessária a adequação desses ambientes de forma a atender satisfatoriamente às necessidades dos novos estudantes. Nesse seguimento, reconhecer os problemas de acessibilidade é um processo complexo, que envolve a identificação de inconformidades por vezes pequenas, mas que podem ser um diferencial para o usuário com deficiência. Essa etapa de levantamento de incoerências em relação ao que dispõe a NBR 9050 e a legislação vigente nos Estados Unidos, configura um passo fundamental para promoção de um espaço democrático já que, a partir do diagnóstico correto, é possível propor correções dos problemas identificados, tanto no que se refere à má aplicação da Norma quanto ao atendimento a itens que não foram previstos em projeto.

Entre outros instrumentos de avaliação, o *checklist* é uma ferramenta de controle e inspeção que

conduz a uma observação sistemática de determinada situação, através do qual pode ser verificada a conformidade de determinados itens previamente selecionados e que, a partir da análise dos resultados obtidos, possibilita a elaboração de propostas corretivas, sendo portanto um método eficaz na identificação de incoerências.

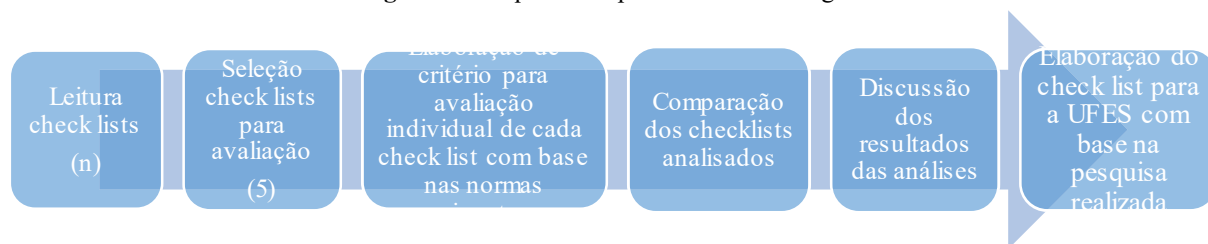
Enquanto ferramenta de avaliação de acessibilidade, o *checklist* é muito utilizado na análise de aspectos da acessibilidade física – geralmente utilizando o enquadramento legal existente – uma vez que permite a identificação de aspectos problemáticos e facilita a correção dos mesmos. Constituído de um conjunto de critérios identificados em documentos de referência e transformados em questões diretas para o contexto arquitetônico, o *checklist* de avaliação de acessibilidade se configura num roteiro padronizado que facilita a coleta de dados e a documentação de informações relevantes.

Nesse sentido, este estudo propõe uma análise de diferentes *checklists* utilizados na identificação de adequabilidade da acessibilidade em edifícios públicos – especialmente edificações de ensino – e na forma como estes tratam os diversos tipos de deficiências e limitações existentes, com o objetivo de identificar se a norma de acessibilidade em vigor está sendo efetivamente atendida e se estes instrumentos de avaliação acolhem as necessidades básicas mínimas para que o ambiente seja confortável e utilizável pela maioria dos usuários do espaço público. Como resultado, a pesquisa busca contribuir para a elaboração de um *checklist* de avaliação de edificações para a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), como parte do desenvolvimento do Plano de Acessibilidade do *campus* Alaor Queiroz de Araújo, em Vitória-ES, visando a importância do acesso democrático ao ensino superior.

2.METODOLOGIA

O estudo foi desenvolvido a partir de revisão de literatura, comparação entre os objetos de estudo, análise e discussão dos resultados, como mostra o esquema a seguir (**Figura 1**):

Figura 1 – Esquema do processo metodológico



Fonte: Os autores.

Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório-descritivo, na medida em que define critérios de avaliação e busca fornecer informações sobre o objeto estudado. Para a coleta de dados iniciais foi realizado um levantamento bibliográfico específico a fim de identificar documentos relacionados à avaliação de acessibilidade arquitetônica. A princípio foi feita leitura de diferentes manuais e *checklists* encontrados através de busca na *internet* a fim de gerar escopo para a revisão de literatura e, dessa forma, analisar quais os documentos eram mais relevantes para a pesquisa. Utilizou-se como parâmetro para seleção dos documentos a serem avaliados o fato de terem sido elaborados por instituições públicas e, preferencialmente, de ensino superior, em razão das características da UFES. Ao final foram selecionados cinco (5) *checklists* para avaliação, sendo dois elaborados com fins de aplicação em

edifícios educacionais, dois voltados para edifícios públicos de modo geral e um documento de órgão internacional americano, baseado em uma norma mais completa, destinado a quaisquer tipos de edificações. São eles:

- A) Avaliação da Acessibilidade e Mobilidade Arquitetônica em Escolas de Ensino Fundamental de Viçosa-MG (EVANGELHO, 2014);
- B) Acessibilidade Arquitetônica em Ambientes Escolares (SECRETARIA DE ESTADO DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO,[s.d]);
- C) Manual de Acessibilidade Compactado (MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA, 2012);
- D) Roteiro Básico para Avaliação da Acessibilidade nas Edificações do Ministério Público (CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO,[s.d.]);
- E) ADA Checklist for Existing Facilities (Institute for Human Centered Design, 2016).

Na análise dos itens de avaliação de cada *checklist* foi usada como referência a NBR 9050, em função desta ser o principal instrumento legal em vigor no Brasil, validada pelo Decreto nº 5.296/2004, que regulamenta a Lei nº 10.048/2000 e a Lei nº 10.098/2000 e a ADA principal instrumento dos EUA, uma legislação de referência e já consolidada. Para efeitos de análise utilizou-se a versão da Norma vigente na data de elaboração do *checklist* avaliado.

Além disso, para cada item do *checklist* foi indicado qual(is) o(s) tipo(s) de deficiência a ser(em) atendida(s) por aquele item inserido no questionário avaliado. Através dessa identificação foi possível avaliar o tipo de deficiência mais contemplada por cada *checklist*, e se havia proporcionalidade entre o resultado. Feita a avaliação individual da estrutura de cada documento, os mesmos foram empregados em uma edificação de uso educacional da Ufes – na qual se realizam atividades principalmente de aula - de forma a avaliar a sua aplicabilidade. Os resultados permitiram a identificação na prática dos itens mais relevantes a serem incluídos na produção do *checklist* de avaliação das condições de acessibilidade dos acessos e edifícios da Universidade Federal do Espírito Santo, bem como da melhor forma de inserí-lo na estrutura do documento.

3. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Na primeira etapa da metodologia a avaliação identificou as características próprias de cada documento selecionado, dentro do seu contexto de elaboração. O *checklist* A (**Figura 2**) foi desenvolvido com o objetivo de avaliar a acessibilidade e a mobilidade arquitetônica em escolas da cidade de Viçosa que possuíam alunos com deficiência, bem como elaborar propostas de adaptação a serem realizadas nessas escolas e recomendações para as novas escolas a serem construídas. Elaborado com base na NBR 9050/2004 e no Decreto Federal 5.293/2004, foi criado para uma pesquisa específica, mas podendo ser utilizado como referência para pesquisas e avaliações em outros centros educacionais. Visou avaliar as necessidades e as condições de acessibilidade e mobilidade dos espaços para as crianças com e sem deficiência e dos gestores, professores e funcionários.

Figura 2 – *Checklist* para avaliação de acessibilidade e mobilidades das escolas municipais de Viçosa/MG

Critérios para avaliação de acessibilidade e mobilidade das escolas municipais- <i>Checklist</i>			
4-Circulação Vertical: escada			
Atributos	Classificação		Observação
	Atende	Não atende	
Largura livre 1,20 m			
Guia de balizamento altura mín. de 5 cm			
Degraus	Espelho dimensões entre 0,16 m e 0,18 m (medidas constantes)		
	Piso dimensões entre 0,28 m e 0,32 m (medidas constantes)		
	Primeiro degrau cada lance da escada a distância mínima 0,30 m da área de circulação		
	Primeiro degrau cada lance da escada a distância mínima de 0,30 m da área de circulação		
Patamares	A cada 3,20 m de altura ou quando houver mudança de direção		
	Largura mín. 1,20 m – recomendável 1,50 m		
	Comprimento 1,20 m (sentido movimento)		
Rampas externas: inclinação transversal máximo 2%			

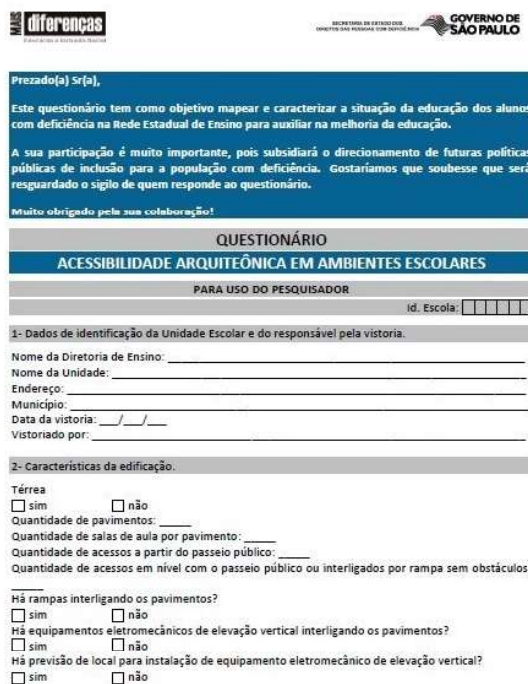
Fonte: EVANGELHO, 2014

O *checklist* foi organizado por ambiente – circulação, banheiro, etc. – e por equipamentos e mobiliários, cada um destes com seus atributos conforme especificado na norma. Incluía três opções de respostas aos atributos, sendo elas: Atende; Não Atende e Não Possui e, suas respectivas caracterizações. Como a NBR 9050 não aborda especificamente as salas de aulas, estas foram analisadas por meio da observação direta e o resultado desta análise foi um diagnóstico ilustrado com fotografias das barreiras e obstáculos. O foco principal do *checklist* estava em listar as barreiras encontradas nas edificações, como escadas sem corrimão, ausência de banheiros adaptados, ausência de rampas, ausência de piso tátil, entre outras. Aplicou-se também questionários aos alunos e funcionários para identificar a visão dos mesmos sobre qualidade dos ambientes. Compilando-se os dados do *checklist* e dos questionários, detectou-se os principais problemas de acessibilidade, o que possibilitou a elaboração de um quadro recomendações de adaptações aos locais para eliminação das barreiras.

Apesar de pontuar todos os itens estabelecidos pela norma para garantia da acessibilidade e de, visualmente, o Diagnóstico Ilustrado ser mais facilmente compreendido, o item sala de aula também deveria estar listado no *checklist*. Este local é um dos mais utilizados nos ambientes escolares e, apresentando somente fotografias das salas analisadas, torna o *checklist* desnecessário. No que se refere à aplicabilidade, a divisão dos itens avaliados seria facilitada com o acréscimo dos elementos como porta e janela por ambiente, e não como item isolado. Da forma como foi elaborado, o *checklist* exige que a pessoa que o está aplicando retorne ao mesmo local mais de uma vez para a verificar itens que não foram incluídos nos ambientes.

O questionário B (**Figura 3**) teve como objetivo caracterizar e mapear o cenário da educação dos alunos com deficiência da Rede Estadual de Ensino, para que assim pudessem ser elaboradas propostas de melhoria na educação e na estrutura física do ambiente escolar.

Figura 3 – Checklist para avaliação da acessibilidade arquitetônica em ambientes escolares do estado de São Paulo



mais diferenças
GOVERNO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO, HABITABILIDADE E MOBILIDADE

Prezado(a) Sr(a),
Este questionário tem como objetivo mapear e caracterizar a situação da educação dos alunos com deficiência na Rede Estadual de Ensino para auxiliar na melhoria da educação.
A sua participação é muito importante, pois subsidiará o direcionamento de futuras políticas públicas de inclusão para a população com deficiência. Gostaríamos que soubesse que será resguardado o sigilo de quem responde ao questionário.
Muito obrigado pela sua colaboração!

QUESTIONÁRIO
ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA EM AMBIENTES ESCOLARES
PARA USO DO PESQUISADOR

id. Escola: [][][][][]

1- Dados de identificação da Unidade Escolar e do responsável pela vistoria.
Nome da Diretoria de Ensino: _____
Nome da Unidade: _____
Endereço: _____
Município: _____
Data da vistoria: ___/___/___
Vistoriado por: _____

2- Características da edificação.
Térrea
 sim não
Quantidade de pavimentos: _____
Quantidade de salas de aula por pavimento: _____
Quantidade de acessos a partir do passeio público: _____
Quantidade de acessos em nível com o passeio público ou interligados por rampa sem obstáculos: _____

Há rampas interligando os pavimentos?
 sim não
Há equipamentos eletromecânicos de elevação vertical interligando os pavimentos?
 sim não
Há previsão de local para instalação de equipamento eletromecânico de elevação vertical?
 sim não

Fonte: Mais Diferenças

Criado com base na NBR9050/2004, foi dividido em trinta categorias, cada uma delas contendo subitens de avaliação. A primeira categoria se referia a dados da unidade educacional avaliada e a segunda às características específicas da edificação, possuindo como respostas apenas Sim ou Não. A partir da terceira categoria, os itens avaliados se referiam à norma e deveriam ser respondidos com os conceitos AT – atende; AC – não atende totalmente mas é favorável; NA – não atende; ou NE – item inexistente. No que tange à estrutura do *checklist*, observou-se a ausência de coluna disponível para observações, o que impede a anotação de informações úteis não compreendidas por um questionário com questões apenas objetivas.

Na avaliação da aplicabilidade do documento, ao contrário do que ocorreu no primeiro caso, o item porta não foi incluído enquanto categoria isolada, mas estava presente em todos os ambientes, garantindo dinamismo ao processo da avaliação. O formulário era de fácil preenchimento e as informações eram claras, permitindo a qualquer pessoa seu preenchimento, mesmo sem conhecimentos aprofundados da NBR 9050.

O *checklist C* (Figura 4), produzido pelo Ministério Público de Santa Catarina como anexo do Programa de Acessibilidade as Pessoas com Deficiência ou Mobilidade Reduzida nas Edificações de Uso Público, foi desenvolvido a partir da necessidade de cumprir os requisitos firmados pela Lei Federal nº. 10.098/2000, regulamentada pelo Decreto nº 5.296/2004, que estabelece a obrigatoriedade do cumprimento das normas de acessibilidade da ABNT. O documento visava fornecer conhecimento técnico para as fiscalizações do Ministério Público durante o período de três anos a partir da publicação do referido manual.

Figura 4 – Manual de Acessibilidade Compactado

EDIFÍCIO LOCAL _____ AVALIADOR DATA _____

PLANILHA 1 ÁREAS DE ACESSO AO EDIFÍCIO

COMPONENTES: Orientabilidade, Comunicação, Deslocamento, Uso

N.	LEGISLAÇÃO		C	ITENS A CONFERIR	RESPOSTA			OBSERVAÇÕES
	LEI	ARTIGO			SI	NAO	NAR	
NA VIA PÚBLICA								
SEMÁFORO								
1.1	-	-	+	Existe semáforo nos dois lados da via pública para facilitar a travessia do pedestre?				
1.2	9.050/04	9.9.2	?	Na existência de semáforo, há sinalização sonora quando ele está aberto?				
1.3	9.050/04	9.9.1	+	Existe foco de acionamento para travessia de pedestre com altura entre 80cm e 1,20m do piso?				
1.4	9.050/04	6.10.11	+	Existe faixa de pedestre e guia rebaixada em ambos os lados da via no local de travessia de pedestre?				
PASSEIOS								
1.5	9.050/04	6.1.1	+	Os passeios têm pisos antiderrapantes e regulares em qualquer condição climática?				
1.6	9.050/04	6.10.7 6.10.5	+	Os passeios são livres de interferências que impeçam o deslocamento ou que constituam perigo aos pedestres (postes de sinalização, vegetação, desníveis, rebaixamentos...)?				
1.7	9.050/04	6.1.2	?	Na existência dessas interferências, há sinalização tátil de alerta nos passeios?				
1.8	9.050/04	6.1.4	+	Todos os desníveis existentes são inferiores a 15mm?				
1.9	9.050/04	6.10.5	+	A altura livre dos passeios é de, no mínimo, 2,10m? (verificar obstáculos verticais, tais como placas, beirais, ramos de árvores)?				

Fonte: Ministério Público de Santa Catarina

Cada planilha apresenta o *checklist* por ambiente, como acessos, salas de recepção, circulações horizontais e verticais, banheiros e salas de uso coletivo. Dependendo da necessidade a planilha apresentava subdivisões de tema, com o objetivo de detalhar melhor as exigências requeridas por item. Cada item do *checklist* continha a lei e artigo ao qual se referia a exigência, bem como as classificava entre orientabilidade, comunicação, deslocamento e uso, indicando o componente de acessibilidade espacial a ser avaliado. Esse detalhamento e identificação permite a sua aplicabilidade por qualquer fiscal, independente de sua formação profissional, assim como ajuda a identificar o tipo de deficiência está sendo menos atendido e quais os facilitadores no ambiente são necessários para torná-lo acessível. No entanto, trata-se de um *checklist* extenso, que demanda bastante tempo para aplicação.

O Roteiro Básico para Avaliação da Acessibilidade (*checklist*D) foi desenvolvido para ser um guia de avaliação da acessibilidade nas edificações do Ministério Público. Foi elaborado tendo como referência a NBR 9050/2004, as recomendações técnicas estabelecidas pela ABNT NM 313:2007 para elevadores e a NBR 15655-1, direcionada para plataformas de elevação vertical.

O formulário (**Figura 05**) foi dividido por ambientes e subdividido em itens que detalham as especificações de cada elemento necessário. Dessa forma, os passeios foram subdivididos em pisos, calçada, guias rebaixadas e vegetação, permitindo que cada aspecto específico fosse contemplado de forma satisfatória, sendo mais fácil identificar as irregularidades. A organização e subdivisão utilizada nesse roteiro facilita sua aplicabilidade e otimiza o tempo do fiscal e do processamento de dados final, pois sistematiza a avaliação de cada elemento de forma clara. As opções de respostas configuravam como “Sim”, “Não” ou “Não se Aplica”, com reserva de espaço para descrição da situação encontrada no local de levantamento.

Figura 5 – Roteiro Básico para Avaliação de Acessibilidade nas Edificações do Ministério Público




ROTEIRO BÁSICO PARA AVALIAÇÃO DA ACESSIBILIDADE NAS EDIFICAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO

DADOS DA EDIFICAÇÃO

Órgão: _____ Data: _____

Endereço: _____

Bairro: _____ Município: _____

Uso do imóvel: Institucional: Comercial: Residencial: Misto: Fórum:

Descrição do imóvel: Próprio: Cedido: Alugado: Conveniado: Obs: _____

Tipo de imóvel: Casa: Loja: Edifício: Pavimentos: Obs: -

Responsável pelas informações: _____ Nome / função / matrícula: _____

Por se tratar de um prédio para abrigar edificação de uso público, todos os ambientes devem ser acessíveis, inclusive a área restrita aos funcionários, tendo como base o Desenho Universal.

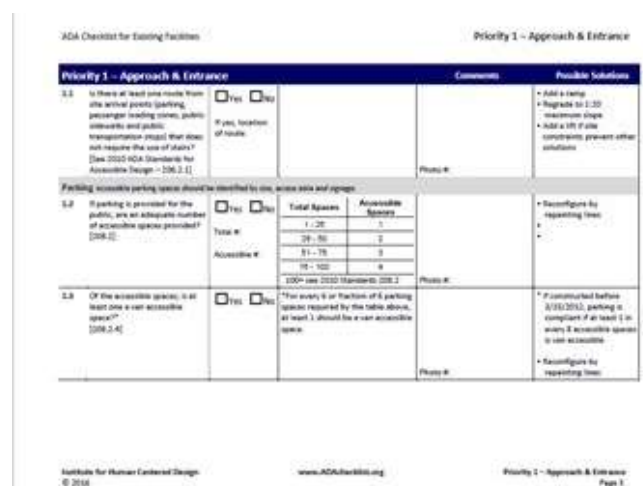
DESCRIÇÃO DE ACORDO COM A NORMA TÉCNICA/LEGISLAÇÃO*	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA	SITUAÇÃO ENCONTRADA
1. CALÇADA				
a) Possaí faixa livre para pedestre com largura mínima de 1,50m, sendo admissível 1,20m?				

Fonte: Conselho Nacional do Ministério Público e Grupo Nacional de Direitos Humanos

Durante a aplicação do checklist, no entanto, verificou-se uma incoerência quanto à avaliação do piso tátil. A NBR 9050 especifica o tamanho do piso tátil em 25x25cm, apesar de algumas legislações estaduais permitirem o uso do piso de 20x20 cm. Já o roteiro indica a possibilidade de escolha entre as duas larguras de piso, deixando ambígua a possibilidade de dispensar o uso do piso tátil, além de não definir um padrão específico para o mesmo. No entanto, em alguns itens o checklist preocupa-se em determinar dimensões específicas conforme a norma, como apresenta no caso de rampas, onde é indicado a partir de 5% de inclinação dependendo do desnível até no máximo 8,33%, de acordo com o desnível máximo alcançado pelo segmento.

O *checklist* E, elaborado pela The Americans with Disabilities Act (ADA) (**Figura 6**), órgão do Departamento de Justiça da Divisão de Direito Cívico, abrange os tópicos necessários de acessibilidade baseado nos requerimentos técnicos propostos pelo mesmo órgão para os Estados Unidos.

Figura 6 – ADA Checklist for Existing Facilities



ADA Checklist for Existing Facilities

Priority 1 - Approach & Entrance

Priority 1 - Approach & Entrance	Comments	Possible Solutions
<p>3.1 Is there at least one route from one actual parking, passenger loading zone, public address and public transportation stand that does not require the use of stairs? (See 2010 ADA Standards for Accessible Design - 206.2.1)</p> <p>If yes, location of route: _____</p>	Photo # _____	<ul style="list-style-type: none"> Add a ramp Upgrade to 1:20 maximum slope Add a lift if all components prevent other solutions
<p>3.2 If parking is provided for the public, are an adequate number of accessible spaces provided? (206.2)</p> <p>Total Spaces: _____</p> <p>Accessible Spaces: _____</p> <p>Type # _____</p> <p>Accessible # _____</p>	Photo # _____	<ul style="list-style-type: none"> Reconfigure for reporting fees
<p>3.3 Of the accessible spaces, is at least one a van accessible space? (206.2.4)</p>	Photo # _____	<ul style="list-style-type: none"> If constructed before 3/31/2010, parking is compliant if at least 1 in every 8 accessible spaces is van accessible Reconfigure for reporting fees

Institute for Human Centered Design © 2016 www.ADAchecklist.org Priority 1 - Approach & Entrance Page 1

Fonte: Institute for Human Centered Design, 2016.

O documento apresenta a metodologia de aplicação do *checklist* para obtenção de resultados efetivos e é organizado seguindo as prioridades definida pelo Departamento no processo de adaptação

do edifício, tendo início no percurso e acesso ao prédio até a acessibilidade ao mobiliário interno, o que torna o guia didático para que não especialistas sejam capazes de fazer um diagnóstico eficiente do projeto. A estrutura é organizada em tópicos, com espaço para respostas divididos em sim e não, bem como permite a inserção de imagens do levantamento e possíveis soluções para o problema identificado no item em questão.

Ao comparar as normas brasileira e estadunidense, observou-se que elas são muito similares em seus requisitos gerais, apesar da estadunidense ser mais detalhada em alguns pontos voltados para deficientes visuais e mobilidade reduzida, sendo mais específica com altura de tapetes, tempo para fechamento de portas e sinalização, por exemplo. Deste modo, foi possível identificar que o *checklist* avaliado apresenta a norma americana de forma didática e completa, com informações sobre diversos tipos de ambientes e as exigências necessárias para torna-los acessíveis. Considerando a similaridade entre as normas entre os dois países trata-se de uma possível referência para estudos aplicados também no Brasil.

Ao final da análise individual de cada *checklist*, bem como a sua aplicação prática, observou-se que, de maneira geral, eles atendem ao objetivo de levantar os itens de acessibilidade em edificações, contribuindo no apontamento das correções necessárias. Percebe-se ainda que, nos quatro documentos brasileiros analisados, os itens de avaliação que correspondem às exigências voltadas para o atendimento a pessoas com deficiência física, principalmente a pessoa de cadeira de rodas, é a mais evidenciada quando se trata de acessibilidade, o que pode refletir negativamente nas reformas para adaptação de edificações, privilegiando esse grupo de pessoas em detrimento das que possuem outro tipo de deficiência. Tal fato pode contribuir ainda na construção de uma falsa ideia de que uma construção seja acessível sem que ela o seja plenamente. Quanto ao *checklist* americano, percebe-se maior comprometimento em atender as diversas deficiências, com melhor detalhamento de como devem ser projetados e adaptados os ambientes para proporcionar seu uso democrático.

4. CONCLUSÃO

A legislação para garantia da acessibilidade a pessoas com deficiência no Brasil está entre as mais completas e diversificadas do mundo, já que se assemelha a ADA, norma de referência mundial no tema. Entretanto, percebem-se poucos avanços em termos de acessibilidade nas instituições de ensino superior, em especial as públicas. Tal fato se dá principalmente pelo fato das edificações para esse fim terem sido construídas antes da existência das normas regulamentadoras, o que reforça a necessidade de avaliação desses edifícios com o objetivo de torna-los adequados.

Na pesquisa realizada verificou-se que, apesar da NBR 9050 ser uma das únicas referências regulamentadoras das condições de acessibilidade arquitetônica no Brasil, trata-se de uma orientação completa o suficiente para abranger as necessidades específicas de cada deficiência. Todos os *checklists* avaliados utilizavam a norma como base para sua elaboração, isoladamente ou em associação a outra legislação específica, em geral municipal. Apesar disso, verificou-se que alguns itens específicos não foram absorvidos pela norma de referência, como a falta de itens relativos à salas de aula, atividade básica de instituições de ensino. Dessa forma, faz-se necessária a construção de um formulário que consiga abarcar todas as especificidades que cada atividade demanda, bem como toda exigência que

cada tipo de deficiência traz, assim como o *checklist* elaborado pela ADA, que aborda esses detalhes de forma eficiente e objetiva.

O objetivo principal proposto no início da pesquisa foi alcançado, sendo possível reunir informações suficientes para a construção de um *checklist* de avaliação em acessibilidade para edificações próprio da Universidade Federal do Espírito Santo, que se encontra disponível em <[http://lpp.ufes.br/sites/lpp.ufes.br/files/field/anexo/checklist de avaliacao de acessibilidade.pdf](http://lpp.ufes.br/sites/lpp.ufes.br/files/field/anexo/checklist_de_avaliacao_de_acessibilidade.pdf)>. Os níveis de sistematização obtidos foram satisfatórios, e o *checklist* pode, de fato, representar uma ferramenta de apoio importante nas ações para garantia da acessibilidade plena.

4. AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem ao apoio do CYTED – Programa Iberoamericano de Ciencia y Tecnologia para el Desarrollo através das redes URBENERE & CIRES.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050: **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos** - elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9077: **Saídas de Emergências em Edifícios** - elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2001.

BRASIL. **Lei Federal n. 10.098/00. Decreto Federal nº 5.296/04**, de 2 de Dezembro de 2004. Casa Civil, Brasília, 2 dez 2004. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 17 jul 2018.

BRASIL. Ministério Público do Estado de Santa Catarina. **Promovendo acessibilidade espacial nos edifícios públicos: Programa de acessibilidade às Pessoas com Deficiência ou Mobilidade Reduzida nas Edificações de Uso Público**. Florianópolis, 2012.

BRASIL. Secretaria De Educação Superior; Secretaria De Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade E Inclusão. **Programa Incluir – Acessibilidade na Educação Superior**. Brasília, 2013.

BRASIL. Senado Federal. **Estatuto da Pessoa com Deficiência**. Brasília, 2015.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. **Roteiro Básico para Avaliação da Acessibilidade nas Edificações do Ministério Público**. Brasília, [s.d.].

EVANGELHO, LARISSA. **Avaliação da Acessibilidade e Mobilidade Arquitetônica em Escolas de Ensino Fundamental de Viçosa-MG**. Viçosa, 2014.

FIGUEIREDO, CESAR. **Alterações na nova NBR 9050, de 11/10/2015 (Material para estudo). Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos públicos**. Dourados, 2015.

INSTITUTE FOR HUMAN CENTERED DESIGN. **ADA Checklist for Existing Facilities**. New England, 2016.

SECRETARIA DE ESTADO DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Questionário Acessibilidade Arquitetônica em Ambientes Escolares**. Guarulhos, [s.d.]

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Secretaria de Acessibilidade UFC Inlui. **Cartilha de Acessibilidade**. Fortaleza, 2010.